

MUSEUS EM PORTUGAL: ELEMENTOS PARA UMA CARACTERIZAÇÃO

José Soares Neves¹

Nesta comunicação apresentarei algumas conclusões do *Inquérito aos Museus em Portugal*² realizado em 1999 pelo Observatório das Actividades Culturais (OAC) em colaboração com o Instituto Português de Museus (IPM)³.

No brevíssimo tempo disponível, sintetizarei o percurso analítico em 4 pontos: um primeiro situando os problemas de partida e a metodologia seguida; um segundo para traçar uma caracterização genérica do parque museológico nacional; um terceiro dedicado aos critérios adoptados para medir as dimensões inerentes ao conceito de museu; e um quarto para discutir o aspecto particular das exposições temporárias.

1. Passando de imediato ao primeiro ponto, refira-se que este Inquérito, que acaba de ser publicado, tem por referência o ano de 1998. Foram inquiridas todas as unidades museológicas situadas no Continente e nas ilhas previamente recenseadas, 680. Destas, responderam ao questionário 564, das quais 34 estavam ainda em fase de projecto. As respostas válidas foram, portanto, 530. Não foram considerados na amostra os Parques Naturais e os núcleos dos museus polinucleados.

Esta pesquisa, suscitada pela projectada criação da Rede Portuguesa de Museus por parte do IPM, visava, entre outros objectivos, a construção de novos indicadores para o conhecimento deste sector cultural.

Era geralmente reconhecido o crescimento do número de museus criados nos anos mais recentes, acompanhando aliás tendências europeias decorrentes da valorização da memória e do património móvel, mas os profissionais do sector colocavam sérias reservas quanto às suas condições de funcionamento.

O último levantamento do INE datava de 1996 e contava 382 registos. Daí ter havido necessidade, antes da aplicação do questionário, de actualizar o recenseamento, de que resultou o crescimento daquele número para 680.

Um problema que se colocou foi o da delimitação do universo a inquirir. Apesar de a definição do Conselho Internacional de Museus (ICOM) e da UNESCO ser internacionalmente aceite, e de a Associação Portuguesa de Museologia (APOM) ter definido, em 1979, um conjunto de dimensões ou condições "para qualquer instituição ser considerada museu", não foram precisados os correspondentes instrumentos de medida, limitando-se a indicações genéricas. Por exemplo, a quantas horas corresponderá a condição "dispor de um determinado número de horas semanais de abertura ao público"?⁴

Para superar este problema, tendo em conta a caracterização geral do parque museológico português decorrente das respostas válidas ao inquérito por questionário, foram seleccionados diversos indicadores que viriam a dar origem à construção de dois modelos ("Mínimo" e de "Desenvolvimento") na fase final da pesquisa.

¹ Sociólogo. Investigador do Observatório das Actividades Culturais.

² AAVV, *Inquérito aos Museus em Portugal*, Lisboa, MC/IPM, 2000.

³ Esta comunicação retoma a análise e os dados do Inquérito aos Museus em Portugal, projecto no qual o autor foi Responsável executivo da equipa do OAC (a responsável pelo Relatório) coordenada por Maria de Lourdes Lima dos Santos e constituída ainda por Rui Telmo Gomes e os colaboradores Jorge Santos, Alexandra Figueiredo e Lídia Pedro. A equipa do IPM (coordenação e execução) foi constituída por Raquel Henriques da Silva, Isabel Cordeiro, Elsa Garrett Pinho, Inês da Cunha Freitas e Anabela Carvalho. Referidas as duas equipas, salientando os contributos dos seus elementos para a análise, resta ressaltar que as afirmações produzidas nesta comunicação apenas responsabilizam o autor.

⁴ Vd. APOM, "Conclusões do Colóquio APOM 79".

Estes modelos permitem não só aferir a situação actual dos museus em Portugal como também dar conta da sua evolução no futuro.

Neste primeiro grande estudo, e como se verá mais à frente, a aplicação destes modelos à amostra analisada mostra um panorama não muito animador e vivamente contrastante com o ritmo a que novos museus são anunciados.

2. Numa breve caracterização dos museus portugueses segundo as 4 variáveis sistematicamente utilizadas (Tutela; Tipo; Localização e Tempo de Existência) salientam-se os seguintes aspectos:

(i) A diversidade e importância das tutelas públicas e privadas. Os museus públicos são 60% e os restantes 40% são privados. De entre os públicos, a Administração Local representa, como se esperaria, a maior fatia com 58%; a Administração Central 37% e a Administração Regional 5%. Refira-se que dos 117 museus tutelados pela Administração Central apenas 42 (ou seja, 36%) dependem do ministério da Cultura.

Quanto aos 211 privados, 40% do total de respostas válidas como se viu, as Associações com 31%, a Igreja Católica com 19%, as Empresas privadas com 14% e as Fundações com 13% são as mais importantes tutelas.

(ii) Os Museus de Arte são o tipo mais frequente, 22%, os de Etnografia e Antropologia 21% e os Genéricos 18%. Somados, os museus incluídos nestes três tipos somam 61% dos museus analisados. Entretanto, o volume alcançado por estes últimos constituirá, porventura, o traço distintivo dos museus portugueses. Os museus Genéricos portugueses, assim designados por não apresentarem "uma predominância inequívoca de uma determinada colecção sobre outra" nem poderem "ser identificados por um tema particular"⁵ combinam, no seu acervo, colecções de arte, arqueologia e etnografia (69%), colecções de arte e arqueologia (21%) e colecções de arte e etnografia (10%).

(iii) Quanto à Localização por NUTS II, na região de Lisboa e Vale do Tejo situam-se 36% dos museus (188), na região Norte 24%, sendo os Açores a região com menos museus, 3% (16). Por concelhos, são 6 aqueles que apresentam as maiores concentrações: Lisboa 65, Porto 25, Funchal 15, Coimbra 15, Sintra 13 e Braga 10. Dos 305 concelhos existentes em 1998, 64% (196) não possuíam qualquer museu.

Se é um facto a maior concentração dos museus na faixa litoral do Continente, em particular no litoral Centro e Norte, bem como nos concelhos de Lisboa e do Porto e, deste ponto de vista, confirmando as tradicionais assimetrias do País, esta leitura deve, contudo ser relativizada tendo em conta, por um lado, a indispensável ponderação pela população servida e, por outro lado, no que toca particularmente à região de Lisboa e Vale do Tejo, o facto de esta ter sido a única que viu decrescer a sua percentagem no conjunto das regiões do Continente, mais precisamente de 40% em 1997 (dados INE) para 36% segundo o recenseamento de 1999 (dados IPM/OAC).

(iv) Finalmente, relativamente à data de criação e abertura de museus – não necessariamente coincidentes, como se verá – o interesse por este equipamento cultural é visível a partir da década de 70, relacionando-se com a instauração do regime democrático e com a emergência do poder local democrático, acentuando-se nas décadas de 80 e 90. Nestas duas décadas foram criados 53% e abriam 58% dos 530 museus.

3. A análise resultante do cruzamento das variáveis independentes (e em particular da Tutela e do Tempo de Existência) com as restantes questões, agrupadas em 6 grupos (I – Identificação; II – Recursos; III – Análise da actividade

⁵ AAVV, *Inquérito aos Museus em Portugal*, Lisboa, MC/IPM, 2000, p. 171.

da estrutura/organização; IV – Relações com o exterior/comunicação; V – Enquadramento e VI – Perspectivas globais e principais dificuldades) revelou as forças e fraquezas do parque museológico nacional. Revelou que, de um modo geral, os museus tutelados pelo Ministério da Cultura e pela Administração Regional apresentam um melhor funcionamento comparativamente com os tutelados por Outros Organismos da Administração Central, pela Administração Local e por Privados; revelou igualmente uma relação directa entre um melhor funcionamento e o Tempo de Existência – medido em função do ano da abertura ao público – ou seja, quanto mais antigos melhor funcionam, com a ressalva dos museus Mais Recentes (abertos após 1994). Com efeito, os dados destes indicam uma melhoria significativa em particular relativamente aos Recentes (que abriram entre 1974 e 1993) em aspectos como pessoal técnico superior, modalidades de inventário e serviços educativos.

A construção e aplicação dos dois modelos atrás referidos aos 530 museus veio testar a análise pormenorizada dos dados obtidos. Apesar de os critérios adoptados em qualquer dos modelos denotarem um grau de exigência relativamente baixo, foram 152 os museus analisados que cumpriram *cumulativamente* os 7 critérios do modelo I "Minimal" e apenas 50 aqueles que cumpriram, também *cumulativamente*, os 14 critérios do modelo II "Desenvolvimento".

O cruzamento dos registos resultantes quer dum quer doutro dos modelos com as variáveis independentes veio confirmar a análise atrás realizada.

Para além do que atrás se disse, fica também claro que as características do funcionamento, em grande medida precário, de parte muito significativa dos museus portugueses condicionam negativamente as práticas culturais referentes à frequência de museus

4. Pegando nesta última afirmação, e para finalizar, veja-se o aspecto particular das exposições temporárias enquanto exemplo das limitações da oferta museológica na captação de públicos.

As exposições temporárias porque? Porque – citando os autores de um estudo recente sobre o público dos museus em França, René Teboul e Luc Champarnaud – são estas que, em grande parte, "dinamizam a procura museológica, que despertam o apetite dos visitantes pelos museus"⁶, ao passo que as exposições permanentes estão mais ligadas à constituição, alargamento e preservação do património.

O sentido destas afirmações pode ser complementado por dois outros argumentos: por um lado, as exposições permanentes são significativas no caso dos museus que possuem uma ou outra peça capaz de, só por si, atrair grande número de visitantes, o que não é manifestamente o caso da generalidade dos museus portugueses; por outro lado – ainda seguindo os mesmos autores – "a procura é igualmente tomada como uma resposta à existência de um sistema de informação"⁷, o qual inclui algum tipo de publicidade, sistema de informação no cerne do qual se encontram as exposições temporárias.

Ou seja, deste ponto de vista, as exposições temporárias são, simultaneamente, potenciais instrumentos de captação e alargamento de públicos e importantes instrumentos de promoção dos museus que as produzem.

Aliás, neste mesmo sentido apontavam já as conclusões da mesa redonda de 1991 organizada em Moscovo pelo CIRCLE e pelo Conselho da Europa e dedicada à participação na vida cultural na Europa ao abordarem a evolução da oferta e da procura museológica nas últimas décadas⁸.

⁶ René Teboul, Luc Champarnaud, *Le public des musées. Analyse socio-économique de la demande muséale*, Paris, L'Harmattan, 1999, pp. 41-42.

⁷ *Idem*, p. 24.

⁸ Vladimir Skok (coord.), *Participation à la vie culturelle en Europe. Tendances, stratégies et défis. Table ronde de Moscou – 1991*, Paris, CIRCLE, Conselho da Europa, La Documentation Française, 1994, p. 92.

Feita esta breve introdução importa voltar aos dados do *Inquérito aos Museus em Portugal* no respeitante às exposições temporárias e a acções de "marketing e publicidade".

Assim, em 1998, 43% dos 530 museus analisados organizaram pelo menos uma "exposição temporária produzida pelo museu"; 22% pelo menos uma "exposição temporária não produzida pelo museu"; 16% organizaram a sua própria exposição temporária e acolheram também exposição não produzida pelo museu; 48% apresentaram pelo menos uma exposição temporária, produzida ou não pelo próprio museu.

Ou seja, em qualquer dos casos, menos de 50%.

Menos ainda, 40% (212), foram os museus que afirmaram ter realizado "nos últimos dois anos" acções de marketing e publicidade.

Porém – e estou a finalizar – se os resultados globais confirmam que parte substancial dos museus portugueses analisados integraram em fraco grau perspectivas de captação de públicos e estratégias de comunicação cuja importância diversos estudos salientam, tais resultados globais confirmam igualmente a associação entre a produção de exposições temporárias e a realização de acções promocionais.

Com efeito, dos 212 museus que declaram ter realizado acções de marketing e publicidade, 66% produziram exposição temporária e 72% produziram exposição temporária ou acolheram exposição temporária produzida por outras instituições.

Como acima se referiu, a procura é, em boa parte, uma resposta à oferta museológica e ao sistema de informação que lhe está associado.

Referências bibliográficas

APOM, "Conclusões do Colóquio APOM 79".

AAVV (2000), *Inquérito aos Museus em Portugal*, Lisboa, MC/IPM.

SKOK, Vladimir (coord.), (1994), *Participation à la vie culturelle en Europe. Tendances, stratégies et défis. Table ronde de Moscou – 1991*, Paris, CIRCLE, Conselho da Europa, La Documentation Française.

TEBOUL, René, Luc Champarnaud (1999), *Le public des musées. Analyse socio-économique de la demande muséale*, Paris, L'Harmattan.